ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às 14h30 do dia 02 de dezembro de 2019, nas dependências da Administração do Porto de São Sebastião, situada na Av. Dr. Altino Arantes nº. 410, na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo, após a segunda chamada, reuniram-se em sua vigésima sexta reunião ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de São Sebastião, os Senhores(a): Vagner Jose Costa, Luciana de Castro Khoury Medeiros, Aldair Neves de Araujo, Eugênio Carlos Pierotti. Convidados Permanentes: Daniel Veneziani Vantine. Demais convidados: Alfredo Mariano Bricks, Carlos Alberto Tavares Carmona, Helton Vargas Ferreira, , Luiz Felipe da Costa Santana, Paulo Garrido Macedo de Araujo, Rogério Misseno e Adriana Koschitz Leme de Macedo. Ausencias justificadas: Francisco Amorin do Carmo, Zildo de Carvalho Borges, João Carlos Cardoso da Silva e José Geraldo S. Vantine. Aberta a reunião pelo Senhor Vagner Jose Costa, agradeceu a presença de todos, pediu desculpas pela ausência dos demais em virtude da reunião no Palácio dos Bandeirantes com os membros do CONSAD, e passou aos itens da pauta. **Item I – VERIFICAÇÃO DO QUORUM E ABERTURA DA REUNIÃO:** Contendo quórum suficiente, o Conselheiro Presidente Vagner Costa deu seguimento aos trabalhos e passou-se ao item seguinte. **Item II – LEITURA E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS RECEBIDOS PELO CAP:** O Presidente do Conselho, Sr Vagner Costa, recebeu expediente por e-mail, encaminhado pelo Sr Jose Geraldo Vantine, que de conhecimento da pauta da reunião, na qualidade de Convidado Permanente do CAP, solicitou a retirada da pauta o item VI – "Abordagem sobre a Municipalização do Porto de São Sebastião", esclarecendo que sendo o Conselho da Autoridade Portuária, quem orienta diretrizes tanto para a Diretoria Executiva como para o CONSAD, ambos responsáveis pela gestão da CDSS, está diretamente vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, o qual ele representa. Desta forma manifestou ser este fórum inadequado para discussão sobre municipalização do porto, uma vez que já é decisão do Estado em comum acordo com o Governo Federal, a desestatização. No entanto, o Senhor Presidente Vagner Costa manteve o item na pauta. .Passou- se ao item seguinte. **Item III - EXAME DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA:** Realizada a leitura da ata pelo Conselheiro Presidente houve a concordância pelos Conselheiros, ficando aprovada a 25ª Reunião Ordinária do Conselho. Passou-se ao **Item IV – STATUS DA SITUAÇÃO DE DESESTATIZAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS:** O Diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas, Senhor Alfredo Mariano Bricks, informou que houve atraso na contratação da empresa de consultoria que fará os estudos da desestatização. Com a palavra o Conselheiro Presidente Senhor Vagner José Costa disse que o atraso da contratação dos estudos da desestatização ocorreu em virtude da da Medida Provisória nº 882/19 (MP da Colação) ter caducado e não se tornado lei; informou que os estudos encontram-se na assessoria jurídica para decidirem qual será o melhor modelo de contratação; que possivelmente os estudos deverão ser contratados por inexigibilidade de licitação e esperam o aval do TCU. Passou-se ao **Item V – ANÁLISE DE PROPOSTA SOBRE COMPENSAÇÃO DE VALORES QUE A COMPANHIA DOCAS PAGA À DERSA E VALORIZAÇÃO DE ÁREA UTILIZADA PELA DERSA, SEM REMUNERAÇÃO. NEGOCIAÇÃO TIPO "ENCONTRO DE CONTAS":** . O Senhor Alfredo Mariano Bricks informou que este assunto foi levado à reunião do Conselho de Administração; que a diretoria da Companhia irá compor uma equipe de trabalho para tratar deste assunto; informou que com base na legislação a ocupação da travessia das balsas pela DERSA está irregular, visto que está dentro da área do Porto Organizado; que esta ocupação vêm desde a APSS; explicou que as travessias eram de responsabilidade da APSS e passou para a DERSA, ambas são empresas distintas da Companhia Docas de São

Sebastião. Existe um débito da Companhia Docas com a Dersa referente ao empregados cedidos em 2011, cujo valor está em torno de R$ 3.900.000,00 (Três milhões e novecentos mil reais), valor este em análise de como poderá ser feito este encontro de contas, considerando que a Dersa se utiliza da área do Porto Organizado e não paga nenhum valor a Companhia Docas pela área utilizada onde se encontram as balsas. Informou que de acordo com a Resolução Normativa nº 7, esta área é de interesse operacional. Como solução a medida cabível é arrendamento ou cessão onerosa. Comentou a existência de Estudo pela PLANAVE com sugestão de alteração do local da balsa. Com a palavra o r Conselheiro Presidente alertou a importancia de discutir o estudo de trafego da balsa. O Senhor Carlos Carmona ressaltou que a balsa está situada num local onde impede o plano de desenvolvimento do Porto e que no estudo anterior da PLANAVE, a balsa sairia do lugar onde está e ficaria à frente. Senhor Vagner diz que é importante colocar o estudo da balsa em todos os estudos. Passou-se ao **Item VI – ABORDAGEM SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO:** O convidado Senhor Luiz Felipe da Costa Santana informou que o Município posicionou-se pela municipalização do Porto conforme previsão na lei 12815/2013, no momento em que o Estado quer devolver o Porto para a União; que no entanto há condicionantes, como arrendamentos de áreas, rodovias em funcionamento dentre outras. Tal medida foi em decorrência da legislação atual ter centralizado o debate em Brasília, então este foi o meio que o município encontrou para estar presente à mesa que trata dos assuntos do Porto, visto agregar valores sociais, receitas para o município, empregabilidade etc. A Lei 12815/13 deixa a questão centralizada, e este foi um meio para se colocar ao Porto no debate por questoes de empregabilidade e miserabilidade da região. Afirmou que o Porto dá prejuízo por não possuir arrendamentos; que o Estado de São Paulo foi negligente, os estudos dirão se a desestatização é interessante ou não, podendo até ser uma Autoridade Portuária Privada. No entanto, o Estado de São Paulo. já posicionou-se em devolver o Porto para a União. Citou o exemplo mal sucedido da TECHNIP, em Angra dos Reis; que a preocupação do município é que o Porto de São Sebastião torne-se no mesmo cenário de Angra dos Reis, que foi arrendada pela iniciativa privada em 2009, estava ruim e ficou pior. Em resumo a PMSS estabeleceu a ideia de municipalização para debates, para pontuar as questões pertinentes ao Porto e seus impactos no município. Com a palavra o Conselheiro Presidente esclareceu que o Secretario Nacional dos Portos Sr. Diogo Pilloni não acha interessante a municipalização, melhor opção seria a desestatização. Com a palavra o convidado Senhor Carlos Carmona disse que enquanto o Porto estiver operando precisará de manutenção. O Conselheiro Presidente informou que os estudos ficarão prontos em 2.020. A função do CAP é cobrar,cutucar e fazer acontecer no curto prazo para continuidade, frisou que a emenda para créditos suplementares tem que ser acatada; afirma que tudo está sendo considerado, que o Porto de São Sebastião faz parte dos estudos da privatização e este estudo será realizado pelo BNDES, cujo Termo de Referência está em fase preparatória. Passou-se ao item seguinte. **Item VII – NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO :** Em virtude do desligamento da Dra Lilian Stivalle do quadro de empregados, foi nomeada Secretaria Executiva do CAP a Dra Sidnéia Aparecida Damasceno de Oliveira. Passou-se para o **Item VIII – DELIBERAÇÕES DO CONSELHO: Não houve deliberações.** Passou-se para o **tem IX – RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS N A REUNIÃO DO CONSAD DA COMPANHIA DOCAS:** Prejudicado por não estarem presentes os conselheiros representantes . Passou-se ao **Item X - LIVRE**: O Convidado Permanente Senhor Daniel Vantine com a palavra informou que a AGEMVALE está indo atrás de projetos viáveis para o Vale; que a Prefeitura de São José dos Campos está contribuindo com visitas ao Porto de São Sebastião, com a finalidade de agregar as movimentações portuárias inclusive trouxeram a GM para visitar o Porto de São Sebastião e conversar com o Presidente da Companhia Docas, Sr. Paulo Oda; visto haver projetos que estão sendo avaliados com possibilidades de movimentações por São Sebastião. Com a palavra o convidado Senhor Helton Vargas Ferreira, da ANVISA, foi dito que a experiência com o plano de contigência, realizado no Porto de São Sebastião, no dia 29/11/2019, foi muito boa e valiosa, parabenizou todos os envolvidos. O convidado

Senhor Luiz Felipe da Costa Santana com a palavra, mencionou que a atual localização da balsa atrapalha o projeto existente para uma marina pública, esclareceu também que os estudos referentes às manobras estão em analise, se for o caso, propor um TAC entre demais poderes.Informou que a Prefeitura Municipal de São Sebastião e a Companhia Docas de São Sebastião estiveram na Câmara de Comércio Brasil- Árabe, no dia 28/11/2019, para apresentação do Porto e Município de São Sebastião e foram apresentados ao Ceo da ABU DHABI PORT;que estão investindo na costa brasileira e foram muito bem recebidos. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente informou a data da próxima reunião para o dia 03/02/2020, agradeceu a presença de todos e em seguida, deu por encerrada a reunião, determinando a mim, Sidnéia Aparecida Damasceno de Oliveira, que secretariou a reunião, que lavrasse a presente Ata, que lida e achada conforme, vai por todos, posteriormente assinada.

VAGNER JOSE COSTA
Poder Público – SEP/PR

LUCIANA DE CASTRO KHOURY MEDEIROS
Poder Público – Receita Federal

Aldair Neves de Araujo,
Classe Empresarial – ABTRA

Eugênio Carlos Pierotti
Classe Empresarial – ABTRA